

DIVERSIDADE DE SABERES E PRÁTICAS RELACIONADAS À GESTÃO DAS PASTAGENS EM UMA LOCALIDADE DA FRONTEIRA AGRÁRIA DA AMAZÔNIA ORIENTAL^(*)

Francinei Bentes Tavares^(**)

Iran Veiga^(***)

RESUMO

A pecuária é uma atividade bastante importante no contexto dos sistemas produtivos da agricultura familiar na região de fronteira agrária de Marabá-PA. Portanto, o estudo das maneiras como os agricultores realizam a gestão das pastagens é interessante para compreendermos como ocorre a evolução dos espaços agrários regionais e quais os impactos que tal atividade ocasiona para as transformações do meio local. Considerando-se que existe uma diversidade de maneiras de gerir os recursos presentes nos estabelecimentos familiares, que pode estar relacionada à presença de variados grupos sociais locais, com diferenças socioeconômicas importantes, mas também com “bagagens técnicas” e saberes heterogêneos, além de possuírem maneiras variadas de travar relações com o meio e diferenciações através de dimensões e significados simbólicos marcantes. Esses grupos são identificados pelos agricultores principalmente em função de distinções simbólicas de sua situação socioeconômica, que podem estar ligadas às práticas diferenciadas no manejo de pastagens que estes grupos sociais locais adotam. Os resultados alcançados indicam que tais práticas encontram-se relacionadas não apenas com esta “compartimentalização” entre grupos sociais, mas também constituem conjuntos coerentes de práticas encadeadas, porém não apresentam variações tão importantes entre elas, para chegarem a constituir sistemas técnicos diferenciados na gestão das pastagens dos estabelecimentos familiares.

Palavras-chave: Saberes locais. Práticas agrícolas. Gestão das pastagens. Fronteira agrária. Agricultura familiar.

^(*) Este estudo é parte integrante de um projeto de pesquisa denominado Consolidação da Agricultura Familiar na Fronteira Agrícola, aprovado e financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Esse projeto foi levado a cabo pela equipe do LASAT (Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins), e do NEAF / UFPA (Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar da Universidade Federal do Pará), e objetiva realizar um diagnóstico atualizado sobre a agricultura familiar na região da fronteira agrária da Amazônia Oriental, avaliando as mudanças e transformações que afetaram o setor nos últimos anos.

^(**) Licenciado em Ciências Agrárias, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PGDR / UFRGS. Endereço: Rua Demétrio Ribeiro, 1067, apto. 23, Centro. CEP: 90.010-311. Porto Alegre- RS. E-mail: frankbentes@gmail.com.

^(***) Agrônomo, Doutor pela Université de Toulouse Lê Mirail (Etudes Rurales, Sociologie). Professor da UFPA – Centro Agropecuário. Endereço: Campus Universitário do Guamá – Rua Augusto Corrêa, nº 01. CEP: 66.075-900. Belém-PA. E-mail: iveiga@ufpa.br

DIVERSITY OF KNOWLEDGE AND PRACTICES RELATED TO THE MANAGEMENT OF THE PASTURES IN A LOCALITY OF THE AGRARIAN BORDER OF ORIENTAL AMAZON REGION

ABSTRACT

The cattle raising is a sufficiently important activity in the context of the productive systems of small family farms in the region of agricultural frontier of Marabá-Pará. Therefore, the study in the ways as the family farmers they carry through the management of the pastures is interesting to understand as it occurs the evolution of the regional agrarian spaces and which the impacts that such activity causes for the transformations of local environment. Consider that a diversity in ways exists to manage the resources gifts in the small family farms, that can be related to the presence of varied local social groups, with important socioeconomic differences, but also with "baggage techniques" and to knowledge heterogeneous, beyond possessing varied ways to link relations with the way and differentiations through dimensions and symbolic meanings significant. These groups are identified by the family farmers mainly in function of symbolic distinctions of its socioeconomic situation, that can be on to the practical ones differentiated in the handling of pastures that these local social groups adopt. The results obtained indicate that such practical meet related not only with this "compartmentalization" between social groups, but also constitute practical coherent sets of chained, however they do not present so important variations between them, to constitute differentiated systems technician in the management of the pastures of the small family farms.

Keywords: Local knowledge. Agricultural practices. Management of the pastures. Agricultural frontier. Small family farms.

1 INTRODUÇÃO

Pode-se sem esforço constatar a amplitude das mudanças que vêm ocorrendo ao longo das últimas décadas no espaço agrário da região de Marabá, no sudeste do Estado do Pará (Amazônia Oriental). A importância dessas transformações e sua velocidade são objeto de fortes preocupações por parte de organismos governamentais e não-governamentais, tanto nacional quanto internacional, dado que as conseqüências de tais processos transformativos, ainda, não são totalmente conhecidas. Tais preocupações estão hoje no centro do debate que, já vem se desenrolando há algum tempo a respeito da melhor utilização dos recursos naturais na Região Amazônica, e são concernentes, principalmente, aos impactos das profundas mudanças ocasionadas pela ocupação do espaço antes recoberto pela floresta primária, e que vem sendo transformado em áreas cultiváveis no decorrer das últimas décadas, ou seja, está em curso uma integração dos espaços anteriormente "naturais" da região ao mercado.

No bojo dessa discussão, estão os agricultores familiares, principais atores do meio rural local, também artífices da construção de um novo espaço rural diferenciado, dado que suas ações técnicas se pautam em especial pela ocupação do espaço natural, e sua transformação em áreas cultivadas, geralmente em pequena escala, tendo em vista o tamanho médio dos estabelecimentos agrícolas pois ocupam em torno de 50ha, mas que ocasionam modificações de grande monta, em função da expressiva quantidade de famílias de agricultores no espaço rural regional, e cuja mensuração pode ser interessante quando realizada no âmbito de um diagnóstico da agricultura familiar da região.

Deste modo, a criação de programas de colonização durante meados dos anos 70 do século passado, como o Projeto Integrado de

Colonização (PIC) e, mais recentemente a partir da década de 1980, dos Projetos de Assentamentos, contribuíram enormemente para que a agricultura familiar passasse a ser encarada não como um ator secundário nas transformações do espaço regional, mas, também, como uma categoria socioeconômica representativa e significativa, tanto em número como em importância. Particularmente, no caso dos Projetos de Assentamentos derivados dos programas de Reforma Agrária, tem-se observado na região uma proliferação considerável nos últimos anos: os números significativos da Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Marabá não podem ser desconsiderados, uma vez que indicam um aumento de 87 Projetos de Assentamentos em 1996, para cerca de 340 assentamentos em 2003, o equivalente a aproximadamente 3,5 milhões de hectares desapropriados (OLIVEIRA et al., 2004, p. 13). Tendo em vista esta realidade, deve-se observar que a importância da agricultura familiar na região tende a crescer, sendo necessário reavaliar o papel que os agricultores desempenham regionalmente, tanto para a produção agrícola, como também para a dinâmica de ocupação e uso do espaço, que se caracteriza por uma extrema rapidez na transformação das áreas consideradas como "naturais", em função do avanço da fronteira agrária.

Dessa maneira, pode-se destacar que, na maior parte da frente pioneira, a criação de gado é quase unanimemente praticada (REYNAL et al., 1996, p. 30). A velocidade de implantação de pastagens em substituição à floresta primária original é impressionante, não só pelas múltiplas dimensões (econômica, social, ambiental) que vêm sendo afetadas por esse avanço, mas, também em última instância, pelo fato de que esse foi (e continua sendo) um processo primordial de

transformação do espaço constituinte da fronteira agrária, e a principal dinâmica responsável pelo alargamento dessa fronteira (ou seja, na maioria dos casos, a associação entre agricultura, nos primeiros momentos, e pecuária, subsequente). Portanto, o relevante papel que a pecuária, enquanto componente essencial dos sistemas produtivos, desempenha para a agricultura familiar regional, é inquestionável (MACHADO, 2000, p. 23).

Analisando esse cenário, faz-se a hipótese de que existe uma diversidade de práticas de gestão das pastagens, devido à própria sociodiversidade dos agricultores e da diversidade do meio em que eles se instalaram. Portanto, que as desiguais “bagagens técnicas”, os objetivos e estratégias de exploração diversificados e diferentes histórias de ocupação do meio podem criar uma diversidade de saberes e práticas de gestão de pastagens. De maneira mais específica, pretende-se discutir e analisar os saberes dos agricultores (referencial

camponês) a respeito desse tema, permitindo buscar a relação existente entre os seus “sistemas de pensamento” (VEIGA, 1999, p. 37, tradução nossa) e a realização de suas diferentes ações técnicas ligadas à gestão das pastagens, procurando identificar em que intensidade se manifesta tal diversidade. Por fim, para se alcançar tais intuítos, será necessário, outrossim, caracterizar as práticas de gestão das pastagens dos agricultores, visando entender a lógica interna que as estruturam e se há entre os agricultores estudados, uma ordenação destas práticas de forma a constituir conjuntos técnicos possivelmente chamados de “sistemas técnicos” de gestão das pastagens. Para isso, são enfocadas primordialmente, neste estudo, temáticas como os saberes locais desses agricultores, as formas como pensam e percebem suas ações práticas, e também como justificam o que fazem, além de estudar as próprias práticas em si mesmas, em suas dimensões normativas e em um contexto de ação.

2 OS SABERES TÉCNICOS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

As construções teóricas, que envolvem a conceituação de saber local, nos levam a tentar encontrar maneiras de entender e interpretar “estruturas locais de saber”, construídas por grupos de pessoas que compartilham de grande parte dos símbolos e significados os quais são constituintes intrínsecos dessas estruturas, e que organizam toda uma forma de ver e perceber o mundo e as coisas que os cercam. Essa noção de compartilhamento de uma mesma estrutura de saber é inerente a uma visão mais geral a respeito da organização social e cultural dos grupos de indivíduos que vivem em um determinado espaço, ou seja, é uma visão que privilegia a interpretação das “estruturas do significado em cujos termos os indivíduos e grupos de indivíduos vivem suas

vidas e, mais especificamente, aos símbolos e sistemas de símbolos através dos quais essas estruturas são elaboradas, comunicadas, impostas, compartilhadas, modificadas e reproduzidas” (GEERTZ, 2000, p. 272). Se considerarmos o saber local como uma forma de organizar e expressar uma determinada concepção de mundo, nos aproximaremos cada vez mais de uma postura que implique em distinguir mais claramente as maneiras como tais grupos de indivíduos vivenciam os acontecimentos e transformações que ocorrem em sua volta, a partir de sua própria perspectiva.

Para o pesquisador que procura estudar os saberes de um determinado grupo, é necessário

buscar uma forma de interpretar tais saberes. É claro que esse esforço de situar uma interpretação de significados e símbolos de outras formas de ver o mundo, realizado pelo pesquisador, implica em uma tentativa de "tradução" (ROBERT, 2000, p. 3, tradução nossa) desses pontos de vista, em função do que se pretende alcançar no trabalho de pesquisa. Fica explícito que "traduzir" é uma busca de interpretar e procurar um sentido explicativo em concepções diferenciadas, em experiências que são vivenciadas por outros indivíduos.

Operar essa tentativa de "tradução" dos pontos de vista dos agricultores familiares na região de fronteira agrícola, como explicita um dos propósitos deste trabalho, consiste em um exercício que, antes de qualquer coisa, demanda alguns cuidados. Primeiramente, é necessário ter precaução com o perigo da "falsa familiaridade" de que nos alerta Matta (1997, p. 143), ou seja, o pesquisador, por compartilhar da mesma língua e, supostamente, por compreender os significados do que falam os agricultores, pode não visualizar as lógicas que estruturam as suas categorias de classificação, enunciadas por eles. Depois, pode-se considerar que, enquanto pessoas que mantêm um contato estreito com o meio natural, os agricultores são possuidores do que Lévi-Strauss (1997, p. 15) denominou "ciência do concreto", ou seja, todos os saberes que os mesmos possuem sobre a natureza.

Portanto, esta discussão coloca, em lugar do critério de utilidade, o critério de busca de um conhecimento objetivo, como aspecto norteador da construção desse pensamento presente entre os "povos tradicionais" estudados por Lévi-Strauss. Pode-se, então, considerar que os agricultores familiares da região de fronteira agrícola, assim como os "povos tradicionais", possuem uma "curiosidade intelectual" e uma determinada "capacidade criativa" em suas atividades produtivas. Essas características

ajudariam a construir modelos de saber e de conhecimento da natureza que fundamentam o processo de trabalho agrícola, visto enquanto organização de espaços e combinação de espécies e variedades vegetais, resultando em uma espécie de "ciência do concreto" empregada por parte desses agricultores (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p. 7).

No entanto, deve-se ter um certo cuidado nessa comparação, porque Lévi-Strauss trabalhou com "povos tradicionais" que tinham relações diferentes com o meio natural, em comparação com os agricultores migrantes das áreas de fronteira agrícola, pois entre os estudiosos desses povos, há uma ênfase à noção de adaptação do homem ao meio (CASTRO, 1997, p. 226). Entretanto, entre os agricultores familiares da região de Marabá pode-se afirmar que, em geral, a idéia de transformação do meio (e sua adaptação ao homem) prevalece em relação à adaptação humana ao ambiente. Portanto, alguns aspectos do que Lévi-Strauss trabalhou entre os "nativos" são interessantes para embasarmos a discussão, desde que se tenha em mente esta distinção entre as diversas formas de perceber e utilizar os elementos do meio natural por parte dos "povos tradicionais" e dos agricultores das áreas de fronteira agrícola.

Para a construção deste trabalho, interessam, principalmente, os saberes a respeito das atividades agrícolas, que podem ser denominados de "saberes técnicos (ou conhecimentos técnicos) dos agricultores" (VEIGA, 1999, p. 37, tradução nossa), considerados, de uma maneira mais geral, como representações, formas de criar a relação com o meio, que orientam as técnicas, isto é, as maneiras específicas de conceber o mundo e seus fenômenos, os quais são subentendidos nas normas, saberes mais aplicados, utilizados na preparação da ação. Essas representações e normas de ação, denominadas de categorias

locais, podem ser reagrupadas em classificações assim como os saberes enunciados pelos agricultores. Isso não quer dizer que esses saberes técnicos não são dependentes de um contexto de ação. Eles não são formalizados em um conjunto independente de saberes, e sua enunciação oral depende da existência de um certo contexto onde possam ser utilizados, constituindo o discurso, visto enquanto enunciação e, também, enquanto prática.

Portanto, isso implica em entender como funcionam as lógicas e as formas de organização das práticas dos agricultores familiares da região de fronteira, vistas a partir de uma ótica antropológica, além dos conhecimentos que os agricultores e suas famílias possuem, e de qual forma contribuem para moldar visões da natureza e do mundo exterior, ao mesmo tempo em que constroem estruturas sociais mais amplas, cujos resultados serão constituintes fundamentais de um mundo camponês mais vasto, do qual o processo de trabalho (constituído principalmente pelas práticas, isto é, pela ação técnica) é um elemento crucial.

Para Descola (1997, p. 259), “[...] a natureza é uma construção social em perpétuo vir-a-ser”, e isso pode ser comprovado pela forma como os agricultores modificam a natureza, construindo novos espaços, que realizam a junção, em um mesmo território, de elementos naturais e culturais, formando um verdadeiro complexo “natureza-cultura”. Dessa forma, o espaço gerido pelos agricultores pode ser visto a partir de uma perspectiva dual, em que se relacionam ao mesmo tempo a cultura e a natureza, através das práticas transformadoras dos agricultores.

Claro que essa definição da percepção das relações do homem (no caso, os agricultores das áreas de fronteira agrícola) com os componentes do meio natural leva em conta principalmente o

fato de que os agricultores que atuam no contexto de fronteira agrária buscam em primeiro lugar realizar um processo de transformação do ambiente em que se situam, e uma adaptação do meio ao homem, como dito anteriormente. Essa “antropização” do ambiente pode se dar de diversas maneiras, pois as respostas evocadas pelas condições que o meio impõe ao homem fazem com que elabore diferentes formas de se relacionar com a natureza, formas as quais se constituem em certas estratégias de gestão dos recursos, e quanto maior a sociodiversidade presente em um determinado espaço, mais diversificadas serão tais estratégias, que resultarão em práticas distintas e em um “saber-fazer” também diferenciado. Portanto, é preciso considerar outros fatores que são de suma importância nesse contexto, tais como as relações sociais que os agricultores estabelecem entre si; e, de maneira relevante, as características do meio biofísico, de forma que esses aspectos são essenciais e não podem ser menosprezados quando se objetiva atingir uma compreensão das relações que se processam entre sociodiversidade e diversidade do meio.

Nesse sentido, o que se deve reforçar é a importância da percepção destas diferenças. Tal diversidade entre os contextos produtivos, além de levar à implementação de diferentes atividades e à concepção de saberes diversos, mostra uma variedade, também, na gestão do estabelecimento e nas relações com o contexto socioeconômico. As relações sociais vão se tornar o ponto central desta discussão, pois unicamente querer compreender a diversidade local com base na formalização dos saberes não é suficiente quando se procura entender suas consequências. É necessário compreender, que tais comunidades não são homogêneas e perceber a diversidade de ações e de práticas sociais usadas pelos agricultores, e os processos de transformação pelos quais passam são interessantes para aprofundar esta discussão (VEIGA, 2002b, p. 13).

Assim, esclarecer esses aspectos é de suma importância quando se considera a forma de abordagem a partir da qual tratamos os dados coletados em campo, durante as entrevistas realizadas com os agricultores. Assim, a adoção dessa atitude de pesquisa depende, antes de qualquer coisa, dos aspectos metodológicos empregados para evidenciá-la, pois, como explicitado por Robert (2000, p. 4, tradução nossa):

os saberes e o saber-fazer sob o ambiente do qual dispõem os agricultores influenciam suas práticas agrícolas, mas são igualmente ligados às maneiras de pensar e de perceber o meio natural. Portanto, é essencial estudar as bagagens técnicas e teóricas a partir das quais os agricultores atuarão em seus estabelecimentos, visando melhor compreender as lógicas locais de gestão do meio. Nesse caso devemos identificar no discurso dos agricultores os critérios utilizados para:

- Classificar e qualificar seus recursos;
- Avaliar e classificar os resultados das suas ações técnicas;
- Fazer escolhas que levem a ações técnicas conseqüentes.

Levando-se em consideração essa abordagem, priorizar-se-á, portanto, uma análise das entrevistas realizadas que possibilitará a evidência dos elementos discursivos que digam respeito a essas três diferentes perspectivas, constituem-se, em uma última análise, em uma relação direta entre a percepção do meio natural e a ação prática, intermediada pela avaliação dos resultados das práticas, característica do saber-fazer que os agricultores possuem a respeito das ações técnicas que desencadeiam para realizar as atividades produtivas, e que formam parte fundamental do discurso, ou seja, a prática discursiva expressada através de suas ações.

As práticas agrícolas dependem de um conjunto de saberes partilhados pelos agricultores. Esses saberes fornecem as referências para o planejamento e a execução do conjunto de ações técnicas sobre o meio. Essas referências (as quais podemos denominar de normas) ajudam a definir as técnicas julgadas aceitáveis, os limites de sua ação, e para julgar os resultados dessa ação. Certamente, existem variantes no interior desse conjunto de saberes compartilhados, tanto mais que se trata de agricultores de instalação recente e de origens geográficas e culturais diferentes. É importante destacar, porém, como afirma Veiga (1999, p. 38), que a utilização do termo "norma" não quer dizer que os agricultores fazem todos a mesma coisa, ou agem segundo as normas por eles enunciadas. Pelo contrário, a distinção entre o dito (enunciado pelo agricultor, a norma) e o feito (a prática) ocupa um lugar central nessa discussão.

Antes de tudo, precisa-se perceber que tais critérios, por serem constituintes do discurso dos agricultores, estão fortemente interligados, e não são demonstrados em separados pelos entrevistados. Dessa maneira, o enunciado ou a ação que contém um desses critérios pode, concomitantemente, trazer ligado, assim, um outro critério diferente. Também, torna-se interessante destacar, entre populações onde os diferentes campos da vida social não são claramente separados, o que é denominado por diálogo técnico pode ser confundido com o diálogo sobre outros temas. Trata-se, na verdade, de uma enunciação que tende a ver temas técnicos e temas da vida social indissociados, dado que os agricultores, geralmente, compartilham de alguns termos que realizam essa ligação entre os elementos de produção e outros fatores de ordem econômica e social, termos utilizados por eles quando perguntados sobre as atividades que desempenham. Alguns aspectos presentes no discurso dos agricultores devem ser vistos com atenção redobrada, como por

exemplo, o fato de que “os problemas de produção são quase sempre evocados ao mesmo tempo que os problemas de ordem econômica ou social. [...] Esta visão holística [...] que liga as questões do ambiente àquelas da sociedade é um aspecto muito importante” (ROBERT, 2000, p. 5, tradução nossa). Isso significa afirmar: os

agricultores não separam os assuntos e temas de sua vida (em um sentido mais amplo) do que acontece nos sistemas produtivos, ou seja, em última instância, esses dois patamares que tendem a ser considerados como diferenciados, são fortemente interligados no discurso e nas percepções dos agricultores.

3 CARACTERIZAÇÃO SUCINTA DA LOCALIDADE DE ESTUDO

O Projeto de Assentamento Benfica situa-se a 15km da vicinal do Rio da Esquerda e a 70km da BR 230 (Rodovia Transamazônica) é originário da Gleba Carajás – 2ª parte, definida como área de assentamento no ano de 1998, através da Portaria nº 11, do INCRA. Localizado em Itupiranga-PA, na Microrregião denominada Tucuruí, o assentamento encontra-se a uma distância de 85km da sede do referido Município (COPSERVIÇOS, 2001, p. 7).

Atualmente, existem 183 lotes no PA Benfica, que totalizam uma superfície de 12.398 ha. Pode-se observar a existência de tamanhos muito variáveis (de 25 a 250ha). O presidente da Associação dos Agricultores estima que a comunidade conta com cerca de mil habitantes (MAITRE-D'HOTEL; KASSOUM, 2002, p. 11). Os agricultores e suas famílias são originários de diferentes regiões do Brasil. A maioria das famílias entrevistadas é proveniente do Estado do Maranhão, e um número menor oriundos do Tocantins e do Piauí. Poucas famílias são originárias do Pará, todavia seus pais, em geral, vieram de outros estados.

O PA Benfica se divide em pelo menos duas áreas diferentes, que serão referidas neste artigo como “*área dos colonos*” e de “*área dos fazendeiros*”¹, devido ao fato de ser dessa forma pela qual os agricultores da localidade se referem a essas diferentes áreas que juntas constituem o assentamento. Essa forma distinta deve-se ao

fato de que existe uma diferença marcante no tamanho dos estabelecimentos das duas áreas e, principalmente, na estrutura da atividade pecuária entre os agricultores de uma ou de outra (incluindo o tamanho das áreas de pastagem) pois são facilmente identificáveis no interior do assentamento.

Na primeira área, a ocupação pelos agricultores familiares se deu em 1994, com a entrada da então denominada Fazenda Santa Isabel, origem da ocupação organizada pelos agricultores, sendo que os lotes atuais possuem o tamanho médio de 50ha. Os estabelecimentos possuem, também, uma superfície substancial de floresta (de 20 a 50%, na maior parte dos estabelecimentos), e as culturas temporárias (principalmente arroz, mandioca e, em menor escala, o milho) ainda representam a maior fonte de renda. No entanto, a pecuária bovina desempenha um papel importante no sistema produtivo, tendendo a aumentá-lo no decorrer do tempo. A área é denominada de “*área dos colonos*”, em contraposição à “*área dos fazendeiros*”.

A segunda área é de ocupação mais antiga (a partir de 1989), onde predominam produtores com maiores extensões de terra (cerca de 34 lotes, em grande parte, excedem a 150ha), com sistema produtivo apoiado principalmente na pecuária bovina. Hoje, fazem parte da Associação do Assentamento, por terem sido incluídos pelo

INCRA como beneficiários da Reforma Agrária, em 1998. Esses proprietários são referidos pelos demais agricultores do assentamento como “pequenos fazendeiros” ou simplesmente “fazendeiros”. Na verdade, os agricultores da “área dos fazendeiros” poderiam ser melhor definidos pela classificação de “médios”

agricultores (ou “pequenos fazendeiros”, como também são denominados localmente), já que o tamanho médio de seus estabelecimentos não ultrapassa os 200ha, e a mão-de-obra utilizada é basicamente familiar, embora haja mão-de-obra assalariada, de forma permanente, em alguns desses estabelecimentos.

4 AS FORMAS DE ATUAR DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Este tópico tem por objetivo demonstrar sucintamente alguns temas que foram extraídos do discurso dos agricultores, buscando identificar nestes enunciados quais seriam os fatores que estariam relacionados ao modo como gerenciam os recursos do meio. Dessa maneira, a partir dos diferentes assuntos abordados pelos agricultores durante as entrevistas, destacamos alguns, nesta análise preliminar, considerados de suma importância para a compreensão das lógicas que estruturam as práticas cotidianas dos agricultores. Trata-se, antes de qualquer coisa, de uma tentativa de compreender e interpretar o sentido e a abrangência desse discurso, de maneira que possamos desvelar os motivos que levam a determinadas práticas, e se existe realmente uma diversidade de estratégias, derivadas da presença de uma grande sociodiversidade e de diferentes relações com características distintas do meio natural.

No que concerne ao tema de estudo, foi possível constatar que a grande maioria dos agricultores do PA Benfica pratica a criação de gado, embora existam diferenças entre eles pelo fato de que nem todos estão voltados para a pecuária bovina. Seria no mínimo uma simplificação de um tema complexo, como o aqui tratado, a afirmação que “todos” os agricultores estruturam a atividade pecuária em seus estabelecimentos. Existem variadas formas de atuar sobre os recursos do meio sem a atividade pecuária entre os agricultores do PA Benfica e,

embora elas estejam situadas marginalmente em relação ao avanço da pecuária na localidade, tais variantes não deixam de existir e de organizar diferentes maneiras de ocupação do espaço e de relações com os recursos do meio.

Ter em mente esta distinção pode ser útil para evitar uma homogeneização das estratégias dos agricultores em torno da existência de uma tendência de instalar a atividade pecuária (que poderia mascarar a existência de práticas e saberes diferenciados entre os agricultores da localidade), ao mesmo tempo em que dá elementos para melhor discutir as variantes das formas de gestão do espaço dos estabelecimentos, e os motivos que podem levar (ou não) os agricultores a implantarem pastagens e a iniciar uma criação bovina.

Dessa maneira, busca-se tratar neste tópico, especialmente, os casos de agricultores que já implantaram pastagens em seus estabelecimentos (e não somente os que possuem um rebanho bovino nas suas áreas). Embora seja uma atividade com significados e conseqüências distintas da criação de gado, ambas estão intimamente ligadas. O plantio de pastagens pode obedecer, em geral, a uma lógica e objetivos diferenciados (como por exemplo: atender a uma necessidade de ocupação do espaço do estabelecimento; e causar uma valorização importante do imóvel rural). Veremos

aqui casos específicos, que fazem parte da tendência mais geral de evolução dos sistemas produtivos regionais, mas que de modo algum

representam as únicas "formas de atuar" no processo de transformação e de uso do espaço agrário na localidade estudada.

5 DIVERSIDADE DE PRÁTICAS E CONJUNTOS COERENTES DE SABERES

A partir do momento em que se considera a existência de práticas diferenciadas a respeito da gestão das pastagens para os agricultores do Projeto de Assentamento Benfica, deve-se aprofundar a discussão enfocando outros aspectos pertinentes para se compreender melhor a questão. Para isso, é preciso que se tenha uma visão de conjunto a respeito das práticas dos agricultores, das formas como eles gerenciam suas pastagens. Sendo assim, torna-se necessário discutir melhor como tal diversidade de práticas se organiza, como se encadeia no que é desvelado pelo discurso dos agricultores entrevistados. Trata-se, antes de mais nada, de ampliar a visão que utilizamos até agora, buscando uma mudança de perspectiva, visualizando estas práticas diferenciadas como constituintes de um conjunto lógico e coerente de saberes, que é empregado pelos diversos agricultores, e molda toda uma maneira dos mesmos se relacionarem com os recursos disponibilizados pelo meio. Pode-se afirmar que agricultores trabalhando sobre um mesmo meio ecológico, e tendo à sua disposição os mesmos recursos do meio, podem ter gestões das pastagens que são bastante diferenciadas. Essas estratégias de gestão das pastagens dependem evidentemente dos recursos econômicos disponíveis e dos que são colocados à disposição dos agricultores pelo meio biofísico, mas elas dependem, também, em grande parte dos "projetos de vida" e do saber-fazer desses agricultores.

Portanto, busca-se analisar os saberes e as práticas distintas que se desenvolvem em torno da gestão das pastagens, procurando conhecer se os conjuntos coerentes de saberes que são

identificados constituem variantes de uma forma de fazer mais geral, embora possam situar-se marginalmente com relação à maneira geral em gerir as pastagens, não deixam de existir e de organizar diferentes modos de ocupação do espaço e de relações com os recursos do meio. Ou se, na verdade, em vez de variantes, não estaríamos tratando de diferentes "sistemas técnicos" (VEIGA, 1999, p. 290, tradução nossa), que se baseiam em elementos relativos à origem dos agricultores, a distintos "projetos de vida" e/ou a concepções identitárias diferenciadas (a forma como os agricultores se vêem), podendo ser apropriados localmente por grupos de agricultores com condições sociais, econômicas e culturais semelhantes. Essa interrogação é um ponto-chave para a compreensão que este estudo propõe realizar.

Levar em conta a diferenciação entre variantes e sistemas técnicos diferentes pode servir para não se enfocar de maneira distorcida as diferentes formas de agir dos agricultores da localidade, além de subsidiar a análise com fatores importantes para ampliar a discussão sobre as maneiras que os mesmos encontram para gerir o espaço e os recursos de seus estabelecimentos, e sobre as razões que podem influenciar os agricultores a organizar, ou até mesmo a transformar, suas práticas no decorrer do tempo. É importante considerar que, nesses casos, tal análise pode ser aprofundada mais nos aspectos que embasam as normas (as maneiras gerais de fazer, que orientam as ações técnicas) e que são geralmente utilizadas pelos agricultores na descrição de suas atividades e na sua implementação prática.

6 VARIANTES NAS MANEIRAS DE GERIR AS PASTAGENS

Ao se proceder a análise dos dados constantes nas entrevistas, chega-se à conclusão de que os diferentes conjuntos de práticas de gestão das pastagens identificados para os agricultores constituem variantes diferenciadas, e não sistemas técnicos diversos. De maneira geral, as práticas realizadas pelos agricultores não são tão distintas a ponto de considerarmos como constituintes de um sistema técnico à parte.

Na verdade, percebe-se que os agricultores apresentam variações nos conjuntos de atividades técnicas, isso pode ser devido a diversos fatores, como a origem dos agricultores, a sua situação socioeconômica, as percepções próprias a respeito dos recursos do meio e da atividade pecuária e, também, as redes de diálogo e informações técnicas sobre o assunto. Trata-se de perceber como tais conjuntos de práticas se constituem em formas de fazer extremamente variáveis em função da família que realiza as ações técnicas, porém os principais elementos os quais configuram um sistema técnico único são presentes nas maneiras de proceder com relação à gestão das pastagens.

Embora haja uma diversidade de práticas pertinente, como demonstrado anteriormente, em especial no que concerne às formas de implantação do capim, observa-se que essa diversidade não é tão ampla no sentido de promover uma diferenciação de conjuntos de práticas em sistemas técnicos à parte. Pode-se observar que existem proximidades entre o que os agricultores fazem (principalmente ligada à questão dos saberes desses agricultores) e também particularidades nessas práticas, pois apresentam diferentes maneiras de agir com relação aos recursos do meio, que podem se relacionar à questão dos saberes, mas, também, envolve os aspectos diversificados do meio biofísico, as condições socioeconômicas

diferenciadas, as “bagagens técnicas” que trazem ao chegar, à existência de “projetos de vida” estruturados, dentre outros fatores.

Grande parte do conjunto de atividades (incluindo as diversas operações técnicas a partir da implantação das gramíneas, o itinerário técnico dessas atividades, os diversos instrumentos utilizados, e os saberes que embasam tais práticas) foram analisadas neste ponto, a partir do discurso dos agricultores acerca da atividade pecuária, o que permite realizar uma compreensão do conjunto da gestão das pastagens nos lotes desses agricultores. Porém, como exemplo, aqui nos referiremos principalmente às práticas de implantação das gramíneas, pois se analisadas de maneira detalhada, demonstrarão – além de diferenciações que podem embasar um discurso de distinção entre os grupos sociais locais, conforme mostrado antes – constituem-se em conjuntos de práticas que possuem uma lógica específica que as estruturam e podem ser vistas como conjuntos de práticas interligadas. Por exemplo, formas distintas de plantio do capim afetam o crescimento da gramínea, o ritmo e a forma de limpeza da área, e possivelmente até a utilização posterior dessa área para o pastejo dos animais, além da decisão de se fazer ou não “roças” de culturas temporárias. São estratégias específicas que, por serem ligadas, diferenciam também a forma de atuar com relação à gestão das pastagens e do estabelecimento como um todo.

No caso da implantação do capim “solteiro” em contraposição ao capim plantado junto ou após as culturas temporárias, os agricultores que realizam esse último tipo de prática afirmam que não podem abdicar do plantio dos “legumes” (principalmente o arroz, mas também o milho e a mandioca, também

chamados de "lavoura branca"), pois "o colono tem que plantar o legume, tem que plantar de tudo, para não comprar em outro lugar" (N. R., "área dos colonos"). Já outros afirmam que "o capim que é plantado simplesmente capim é melhor do que você plantar com o legume, mas também não me interessa plantar só o capim, porque a gente depende muito também do legume" (C. C., "área dos colonos").

No entanto, pode-se visualizar lógicas diferenciadas por trás desse discurso. Para o primeiro agricultor citado (N. R.), a roça é indispensável para o consumo familiar, significando que o agricultor não pode prescindir de sua implantação, sob pena de precisar conseguir outros meios para garantir a alimentação da família. Já para o segundo (C. C.), o que mais interessa não é a quantidade de temporárias para o consumo, e sim o fato de possuir áreas de mata para que outras pessoas (agregados ou vizinhos) possam realizar roças em seu lote e deixem a "terra formada".

Segundo C. C. *"eu não planto sozinho, eu planto com alguns companheiros, aí os companheiros deixam a terra formada e tiram o arroz para eles"*. Essa estratégia significa uma economia de custos com a mão-de-obra para a implantação das pastagens, e por isso esse agricultor (e outros também) vê "vantagem" no plantio do capim em conjunto com as temporárias: *"e é vantagem para o colono também que ele fica com a produção para a despesa da família garantida. Mas não é todo mundo que vai dessa maneira não, um bocado [dos agricultores] não quer nem saber de envolver plantação de legume, termina plantando o capim diretamente"*.

Isso significa que a roça é indispensável para os agricultores citados (embora seja por motivos diversos). No entanto, vários deles prefeririam investir prioritariamente na criação

de gado (C. C.), *"área dos colonos"*; N. R., *"área dos colonos"*; (L. S.), *"área dos colonos"*; (M. P.), *"área dos colonos"*; (A. L.), *"área dos colonos"*; (B. C.), *"colono" situado na "área dos pequenos fazendeiros"*), enquanto outros consideram que não podem usar todo o lote para plantar capim (J. C.), *"área dos colonos"*; (A. M.), *"área dos colonos"*, necessitando manter *"uma área de mata para as roças no futuro"*.

A mata, para a maior parte deles, possui um papel importante como provedora dos elementos necessários à preparação da roça. Alguns deles utilizam sistema de pousio com o cultivo de juquiras, principalmente para o milho (L. S.), *"área dos colonos"*; (F. A.), *"área dos colonos"*, enquanto outros usavam vegetação secundária (*"capoeira" ou "juquirá"*) ao fim das reservas florestais no lote, para realizar plantios de *"roças de arroz"* (M. P.), *"área dos colonos"*.

Toda essa discussão indica que, embora reconheçam: *"o capim forma melhor quando é plantado solteiro"* (N. R.), *"área dos colonos"*; (C. C.), *"área dos colonos"*, os agricultores dependem da roça de culturas temporárias, e por isso plantam geralmente o arroz e o milho, em conjunto com o capim, ou seja, *"misturando as sementes do capim com o arroz"* (J. C.), *"área dos colonos"*, ou então plantam o capim depois do cultivo do arroz, *"porque se você plantar o arroz junto com o capim, você quase não colhe o arroz, o capim atrapalha, passa por cima de tudo, então eu planto depois do arroz, depois de 60 dias"* (C. C.), *"área dos colonos"*.

No entanto, esses agricultores reconhecem que *"o capim sai mais falhado, depois dá um trabalho maior para limpar"* (C. C.), *"área dos colonos"*, pois o fato de que o plantio das culturas temporárias facilita a *"subida da juquirá"* é interessante para avaliarmos esse tipo de prática dos agricultores. Certamente, porque esses agricultores plantam o capim na mesma área das

temporárias representa um maior número de limpezas e *"uma maior quantidade de mato"* (N. R.), *"área dos colonos"*; (J. M.), *"colono"* situado na *"área dos pequenos fazendeiros"*, fato relacionado diretamente às roçadas manuais mais constantes, em especial para aqueles agricultores que podem contratar trabalhadores temporários para auxiliar a mão-de-obra familiar nesta atividade (R. M.), *"área dos pequenos fazendeiros"* e uma utilização mais constante do fogo para a limpeza dessas áreas, porque *"é o melhor remédio para acabar com o mato, economiza muita roçada"* (F. A.), *"área dos colonos"*. Nesse caso, o uso do fogo pode servir como uma racionalização das suas práticas, ou seja, uma forma de justificá-las, pois o fato de existirem mais *"mato"* nas pastagens dos agricultores, que plantam o capim *"junto do arroz"* em comparação aos que plantam o *"capim direto"*, pressupõe uma demanda por mais limpezas, geralmente, efetuadas através do fogo, por sua facilidade e baixo custo: *"o fogo ajuda a roçar, por isso eu coloco todo ano"* (N. R.), *"área dos colonos"*. Assim, a afirmação de ser o fogo saudável para o capim pode servir como justificativa à sua utilização com maior intensidade por parte dos agricultores que lançam mão de tal prática, pois além de reduzir

o número (e o custo) de roçadas manuais, ainda representa um benefício para as áreas de pastagens.

Em contrapartida, a maior parte dos agricultores que realiza o plantio de *"capim direto"* justifica esta prática com a afirmação de ser o *"mato"* bem menos presente nessas áreas, portanto os agricultores teriam menos *"trabalho"* com a limpeza destes pastos, que parece ser a preocupação central dos agricultores com suas áreas de pastagens (R. M.), *"área dos pequenos fazendeiros"*; (Z. M.), *"área dos pequenos fazendeiros"*; (J. M. M.), *"área dos pequenos fazendeiros"*; (J. M.), *"colono"* situado na *"área dos pequenos fazendeiros"*. Mesmo realizando o plantio do *"capim direto"*, grande parte desses agricultores não deixa de fazer o cultivo de temporárias em áreas contíguas, porém menores (R. M.; J. M.; Z. M.). Nesse caso, a roça de temporárias pode ser considerada como importante, mas assume um papel secundário para a sucessão cultural das áreas, devido à importância do plantio do *"capim solteiro"*. Além disso, a preocupação demonstrada pelos agricultores com a valorização dos lotes pode indicar que esta prática, também, pode estar sendo influenciada por esse fator.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando-se esses aspectos relacionados a uma prática específica (o plantio do capim), pode-se notar uma variação interessante de práticas, que podem estar ligadas, de maneira mais ou menos importante, a determinadas concepções de diferenciação social e simbólica para alguns agricultores do assentamento, fazendo parte de uma estruturação mais ampla que ultrapassa o sentido *"técnico"* da ação, e constitui um sentido organizativo da configuração dos grupos sociais locais para a maior parte dos agricultores da localidade em estudo. No entanto, alguns

agricultores não fazem essa relação direta entre as práticas de plantio do capim e a estruturação social do assentamento, a partir do momento em que não se identificam como *"pequenos fazendeiros"*, ou seja, são práticas diferenciadas cujo significado simbólico pode ser apropriado e expresso de diferentes modos, conforme o grupo social local que observamos. Isso, também, ocorre com as demais práticas constituintes do itinerário técnico da gestão das pastagens (conjunto geral de práticas de manejo destas pastagens), mas que, devido à sua extensão, não foram aprofundados nesta pesquisa.

Outro aspecto importante, nesta discussão, é que grande parte dos agricultores entrevistados afirma pretender *“formar”* (implantar pastagens) em todo o estabelecimento, sendo o consumo familiar garantido pela venda de bezerros (Z. M.) ou pela compra de mais *“uma área de mata”* para realizar o plantio das temporárias (J. M.). Consideramos que esse processo de transformação do lote em pastagens denota um *“projeto de vida”* estruturado em função da atividade pecuária e, também, um processo de valorização da área com a implantação de pastagens. Além disso, outro ponto interessante a ser destacado é que as características socioeconômicas dos agricultores constituem um fator muito importante na decisão de plantar o capim *“direto”* ou em conjunto com as temporárias. Dessa forma, a prática do plantio do capim *“solteiro”* é encontrada mais comumente na denominada *“área dos pequenos fazendeiros”*, que podem com maior facilidade prescindir do cultivo de temporárias (R. M.; Z. M.; N. M.), ou então entre agricultores que possuem outras áreas de mata para realizar o seu cultivo de temporárias, em outros estabelecimentos (J. M.), *“colono”* situado na *“área dos pequenos fazendeiros”*.

Sendo assim, considera-se como central o fato de que o plantio do capim *“junto com o arroz”* ou *“solteiro”* pode se ligar a fatores como as práticas de limpeza dos pastos, pois enquanto os agricultores que plantam capim *“junto com o arroz”* enfrentam maiores dificuldades com o *“mato”*, eles recorrem com maior frequência à limpeza dos pastos (com a intensificação do uso do fogo e/ou das roçagens manuais), outros agricultores que cultivam o *“capim direto”* ou *“solteiro”* têm menores preocupações no que concerne ao *“mato”* ou *“juquira”* nas suas pastagens, podendo, em certos casos, prescindir da quantidade usual de limpezas dos pastos e da utilização constante do fogo, diminuindo dessa

maneira seus gastos em mão-de-obra e recursos. Além disso, esse tipo de prática pode influenciar o manejo dos rebanhos nas pastagens, pois nas áreas de plantio do capim *“junto com o arroz”* o fato de o capim *“sair mais falhado”* pode representar uma carga animal menor nestas áreas, se formos comparar com terrenos onde o capim foi plantado *“direto”* e onde o pasto *“saiu”* de maneira bem mais uniforme. Estes últimos podem ser terrenos em que a lotação das pastagens apresentem valores mais elevados.

Em suma, considera-se que estas diferentes práticas encadeadas de forma lógica podem representar diferentes conjuntos coerentes de saberes, que se relacionam reciprocamente, estabelecendo ligações entre si em vários aspectos, como os já discutidos antes, às vezes bastante díspares. Entretanto, tais conjuntos diferenciados originam maneiras diversas de gerir as pastagens e a atividade pecuária como um todo nos estabelecimentos, demonstrando também formas heterogêneas dos agricultores se relacionarem com os recursos do meio. Esta heterogeneidade pode ser importante de mensurar, visto a possibilidade de serem estudadas mais aprofundadamente, visando esclarecer melhor esses pontos essenciais, além de permitir a existência de condições propícias para o estabelecimento de diálogos técnicos entre agricultores, extensionistas e pesquisadores a respeito dessas questões.

Portanto, considera-se que as concepções dos agricultores, orientam as diferentes maneiras de fazer com relação à gestão das pastagens nos estabelecimentos de fronteira agrícola (embora algumas delas estejam situadas marginalmente nos sistemas produtivos), podem servir de início para uma reflexão capaz de envolver os diferentes atores de desenvolvimento local em torno do tema em questão.

NOTA

1 Os textos entre aspas e grafados em itálico representam expressões e trechos extraídos das

entrevistas realizadas com os agricultores do PA Benfica, durante o ano de 2002.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: UFPA, NAEA; CEJUP, 1997. p. 221-242.
- COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Assentamento Benfica – PDSA**. Marabá, 2001. 24 p.
- DESCOLA, P. Ecologia e Cosmologia. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: UFPA, NAEA; CEJUP, 1997. p. 243-261.
- GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em Antropologia Interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 2000. 366 p.
- LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997. p. 15-50.
- MACHADO, R. C. **Estudo dos sistemas de criação da agricultura familiar através da abordagem dos práticos: o caso dos bovinos na microrregião de Marabá-PA**. 2000. 12 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará, Belém.
- MAITRE-D'HOTEL, E.; KASSOUM, B. **Contribution à l'étude de la durabilité de l'agriculture familiale en zone de front pionnier: exemple de la communauté de Benfica en Amazonie Orientale brésilienne**. 2002. 112 f. Monografia (Curso de Agronomia Tropical) – Centre National d'Etudes Agronomiques des Régions Chaudes, Montpellier – França, 2002.
- MATTA, R. da. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 143-173.
- OLIVEIRA, M. C. C. et al. Políticas de apoio à Agricultura Familiar e evolução do sistema agrário no Sudeste do Pará. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 6., Aracaju, 2004. **Anais...** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros; SBSP, 2004.
- REYNAL, V.; et al. **Agriculturas familiares e desenvolvimento em frente pioneira amazônica**. Pointe-à-Pitre; Belém; Paris: Univ. Antilles Guyane/GRET/DAT; LASAT-CAT; UFPA, 1996. 69 p.
- ROBERT, P. **Gestion durable des agrosystemes en Amazonie Centrale: le probleme des pâturages. Identifications de Critères de Perception de la Durabilité des Pâturages**. Belém: IRD; MPEG, 2000. 34 p. (Relatório de Atividades de Pesquisa).
- ROUÉ, M. Novas perspectivas em Etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: UFPA, NAEA; CEJUP, 1997. p. 187-200.
- VEIGA, I. **Saber e participação na transformação dos sistemas de produção da agricultura familiar amazônica**. Belém: NEAF, CAP/UFPA, 2002. Mimeografado. 19 p.

VEIGA, I. **Savoirs locaux et organisation sociale de l'agriculture familiale amazonienne**: la gestion durable des milieux en question. 1999. 350 f. Tese (Doutorado em Estudos Rurais, área de concentração Sociologia) – Université de Toulouse Le Mirail, Toulouse–França, 1999.

VEIGA, I.; ALBALADEJO, C. Gestão da fertilidade dos solos de uma localidade na Amazônia Oriental: a formalização dos pontos de vista dos agricultores visando um diálogo entre agricultores e agrônomos. In: ALBALADEJO, C.; VEIGA, I. (Org.). **Agricultura familiar pesquisa, formação e desenvolvimento**: a construção local dos territórios da agricultura familiar (Amazônia Oriental). Organizações sociais e saberes locais frente à ação de desenvolvimento. Belém: UFPA, NEAF; CNRS, 2002. v. 1, n. 3. p. 109-137.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192 p.